

Governo reduz exposição ao dólar e alonga os prazos de vencimento

Rodrigo Bittar
De Brasília

A dívida pública mobiliária federal interna aumentou 1,31% em junho, atingindo o montante de R\$ 669,4 bilhões. O crescimento, segundo relatório divulgado ontem pelo Banco Central e pelo Tesouro Nacional, foi provocado principalmente pela apropriação de juros e pela emissão líquida de R\$ 1,6 bilhão em títulos.

No mês passado, o governo conseguiu reduzir a parcela da dívida atrelada ao câmbio, alongar o prazo de vencimento dos papéis e aumentar a participação dos títulos prefixados na composição do estoque para o maior nível desde novembro de 2002. Esses três movimentos coincidem com os objetivos do Plano Anual de Financiamento da dívida para 2003.

A partir desse desempenho, influenciado pela melhora nos indicadores econômicos, o governo planeja aumentar ainda mais os prazos de vencimentos das Letras do Tesouro Nacional (LTN), que são prefixadas. A intenção, segundo informou o coordenador-geral da dívida pública

Dívida Pública
blica do Tesouro Nacional, Paulo Valle, é colocar a partir de agosto LTN com vencimentos em julho de 2004 (12 meses) e janeiro de 2005 (18 meses). "Queremos concentrar os vencimentos na cabeça de trimestre", justificou o economista.

O prazo médio de vencimento dos títulos prefixados, em junho, foi de 10,45 meses, enquanto que para as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), pós-fixadas, ficou em 30,13 meses. Com isso, o prazo médio das emissões em ofertas públicas atingiu 25,8 meses, contra os 22,6 meses registrados em maio.

A composição da dívida pública mobiliária em poder do público apresentou ligeira alteração, privilegiando o estoque prefixado em detrimento dos papéis cambiais. No primeiro caso, a participação das LTNs aumentou de 3,27% para 4,48% do estoque, o equivalente a R\$ 29,99 bilhões. Já os títulos indexados ao dólar tiveram sua participação reduzida de 30,66% para 29,05%, chegando a um volume de R\$ 194,49 bilhões. Em ambos os casos, foram consideradas as operações de swap.

Essa queda de R\$ 6,3 bilhões

na participação dos papéis cambiais foi influenciada pela valorização de 3,16% do real no período e pela diminuição da procura de hedge por parte das empresas.

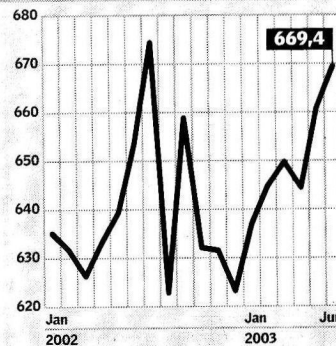
"O nosso objetivo é diminuir ainda mais o passivo cambial. Houve espaço para redução na taxa de rolagem desses papéis porque a demanda nos leilões ficou bem abaixo do registrado nos meses de maior turbulência", acrescentou Sérgio Goldenstein, chefe do Departamento de Mercado Aberto do BC. Ele informou que a taxa de rolagem de cambiais em junho representou 81,7% dos vencimentos, patamar que caiu para 57% neste mês, considerando principal e juros.

De maio para junho, também houve um crescimento na participação de títulos atrelados à taxa Selic, que passou de 50,98% para 51,63%. Já o nível dos papéis corrigidos pelo IGP-M, caiu de 13,08% para 12,83%.

A dívida pública mobiliária com vencimento em 12 meses terminou junho no menor nível em pelo menos um ano. Nesse mês, a dívida mobiliária de curto prazo caiu dos 34,63% (R\$ 228,81

Dívida mobiliária

Em R\$ bilhões*



Fonte: Banco Central e Valor Data. *Estoque em fim de período

bilhões) registrados em maio para 33,47% do total (R\$ 224,02 bilhões). Em setembro do ano passado, o total a vencer em 12 meses somava R\$ 270,75 bilhões, ou 41,10% do estoque. Quanto maior o prazo da dívida em títulos, maior a tranquilidade dos investidores de que o governo honrará seus compromissos.

Em relação às operações de mercado aberto, o estoque de financiamentos tomados pelo BC apresentou sua quinta queda consecutiva, atingindo R\$ 48,4 bilhões em 30 de junho, contra R\$ 48,6 bilhões no fim de maio. Dentre os principais fatores que levaram à essa redução do excesso de liquidez, o governo destacou a colocação líquida de títulos públicos federais (R\$ 1,6 bilhão) e o ajuste decorrente das operações de swap cambial do Banco Central (R\$ 2,6 bilhões).

24 JUL 2003

VALOR ECONÔMICO